



ATENÇÃO UNIDADE JUDICIÁRIA: Os ofícios precatórios que forem expedidos por juízos da execução vinculados a outros Tribunais, relativos a entes devedores sediados no Estado de Minas Gerais e alcançados pelo Regime Especial de pagamentos de precatórios, deverão ser encaminhados via *e-mail* para o endereço prec.oficio@tjmg.jus.br, nos termos do art. 7º da Portaria nº 5.047/PR/2021. Este formulário de Ofício Precatório, bem como os documentos essenciais elencados no Anexo Único da referida Portaria, deverão ser digitalizados e anexados ao *e-mail* de forma ordenada e discriminada. Após o recebimento da documentação via *e-mail*, competirá à ASPREC encaminhar o ofício precatório, via SEI, à Unidade "OFÍCIO PRECATÓRIO", para o seu regular processamento.

Juiz(iza) da Execução: _____

Vara/Cartório: _____

Exmo(a). Senhor(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,

Requisito o pagamento em favor do(s) beneficiário(s), no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

REQUISIÇÃO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO

1. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

Numeração única do processo judicial: _____

Número originário anterior, se houver: _____

Houve processo de conhecimento? SIM NÃO

CASO HAJA PROCESSO DE CONHECIMENTO:

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: ____/____/____

Data da citação do processo de conhecimento: ____/____/____

Data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão na fase de conhecimento: ____/____/____

Houve impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença OU foram interpostos embargos à execução? SIM
 NÃO

PARA RESPOSTA SIM:

Data da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo OU data do trânsito em julgado dos embargos à execução: ____/____/____

PARA RESPOSTA NÃO:

Data do decurso do prazo para apresentação da impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença OU data do decurso do prazo para apresentação dos embargos à execução: ____/____/____

2. INFORMAÇÕES SOBRE A REQUISIÇÃO

Natureza do crédito: Comum OU Alimentar/Preferencial (Art. 100, §1º, CR/88)

CASO SEJA ALIMENTAR/PREFERENCIAL, informe:

Houve pagamento da parcela superpreferencial? SIM NÃO

HAVENDO PAGAMENTO DA PARCELA SUPERPREFERENCIAL, informe:

Data do pagamento: ____/____/____

Valor bruto pago: R\$ _____

Valor da contribuição previdenciária: R\$ _____

Valor da assistência médica: R\$ _____

Valor do fundo de aposentadoria: R\$ _____

Houve retenção de imposto de renda? SIM NÃO

HAVENDO RETENÇÃO DE IMPOSTOS DE RENDA, informe:

Valor do imposto de renda retido: R\$ _____

Número de meses (NM) proporcionais, no caso de RRA: _____

ASSUNTO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO, DE ACORDO COM A TABELA ÚNICA DE ASSUNTOS (TUA), disponível em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php:

Código N° _____ Assunto: _____

Ação de natureza salarial: SIM NÃO

SENO AÇÃO DE NATUREZA SALARIAL, informe:

Órgão a que estiver vinculado o empregado ou servidor público, civil ou militar, da administração direta (caso conste dos autos): _____

Condição: Ativo Inativo Pensionista

Requisição: Parcial Complementar Suplementar Não se aplica

Sendo requisição PARCIAL, informe a data do reconhecimento da parcela incontroversa: ____/____/____

Data do decurso do prazo para impugnação à expedição da requisição ou data da concordância com a expedição: ____/____/____

O crédito foi objeto de destaque de honorários contratuais? SIM NÃO

SENO OBJETO DE DESTAQUE DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS, informe:

Valor destacado: R\$ _____ Percentual do destaque (se houver): ____%

Nome do Beneficiário: _____

Nome social, se for o caso (Res. N° 270/2018, do CNJ, art. 3°): _____

CPF/CNPJ ou RNE N°: _____

OAB N°: _____

PIS/PASEP ou NIT N°: _____

O crédito foi objeto de cessão? SIM NÃO

Se SIM, a cessão foi: Total Parcial

Nome do cessionário: _____

CPF/CNPJ ou RNE N°: _____

Data da escritura pública de cessão OU da liquidação que fundamentou a cessão: ____/____/____

Sendo **Cessão PARCIAL**, informe o percentual cedido: ____%.

Sendo **Cessão TOTAL**: Caso o juízo da execução tenha deferido o registro da cessão total do crédito antes da elaboração do ofício precatório, este será titularizado pelo cessionário, que assume o lugar do cedente, nos termos do Art. 44 da Res. 303/2019 do CNJ.

Desse modo, o **item N°4** ("INFORMAÇÕES SOBRE O BENEFICIÁRIO PRINCIPAL") deve ser preenchido com os dados do cessionário, no que couber.

O crédito foi objeto de penhora? SIM NÃO

Caso o crédito tenha sido **OBJETO DE PENHORA**, informe:

Valor penhorado: R\$ _____

Data-base: ____/____/____

Nome do juízo interessado: _____

N° do processo que originou a penhora: _____

3. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR

Entidade devedora / Ente devedor: _____

CNPJ: _____

4. INFORMAÇÕES SOBRE O BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

Nome do beneficiário principal: _____

Nome social, se for o caso (Res. Nº 270/2018, do CNJ, art. 3º): _____

CPF/CNPJ ou RNE Nº: _____

PIS/PASEP ou NIT Nº: _____

Data de nascimento: ____/____/____

O beneficiário: Possui doença grave É pessoa com deficiência É pessoa maior de 60 anos Não se aplica

O beneficiário é: Espólio Menor Incapaz Massa Falida Não se aplica

Em se tratando de BENEFICIÁRIO ESPÓLIO, INCAPAZ, MENOR ou MASSA FALIDA, informe:

Nome do representante legal: _____

CPF/CNPJ ou RNE Nº: _____

OAB Nº: (se for o caso): _____

Procurador ou Escritório de Advocacia que representa o beneficiário:

Nome: _____

CPF/CNPJ Nº: _____

OAB Nº (se for o caso): _____

VALOR DEVIDO AO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL:

ATENÇÃO: Caso tenha ocorrido o pagamento de parcela superpreferencial ao beneficiário, os valores a seguir deverão refletir o abatimento desse pagamento, inclusive mediante nova liquidação cuja cópia da memória discriminada deverá ser anexada nesse processo SEI.

Valor Bruto: R\$ _____

O valor bruto corresponde ao somatório dos valores informados abaixo como: valor principal corrigido, valor dos juros moratórios, valor dos juros compensatórios (remuneratórios), e valor das despesas antecipadas/custas/multa, se houver.

Valor Principal Corrigido: R\$ _____

O valor principal corrigido corresponde ao valor devido ao beneficiário sem conter valores de juros, sejam os moratórios ou compensatórios, e de despesas antecipadas/custas/multa, se houver, bem como não se desconta os valores de IRRF ou de contribuições tais como assistência médica, fundo de aposentadoria, previdenciária.

Data-base: (data correspondente ao termo final utilizado na elaboração da conta de liquidação) ____/____/____

Indexador (índice/fator) de correção monetária (descrever): _____

Corresponde ao indexador utilizado na data-base.

Haverá incidência de contribuições sobre o crédito, no momento do pagamento? SIM NÃO

Se SIM, informe:

Valor da assistência médica: R\$ _____

Valor do fundo de aposentadoria: R\$ _____

Valor da contribuição patronal (institucional): R\$ _____

Valor de obrigação da entidade devedora e não se soma ou abate do valor principal corrigido.

Valor da contribuição previdenciária: R\$ _____

Regime Previdenciário: Geral/INSS Próprio

Em se tratando de REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO, informe:

Nome do órgão previdenciário: _____

CNPJ Nº: _____

Deseja informar os dados bancários do órgão previdenciário? SIM NÃO

Se SIM, informe:

Banco (nome) _____

Agência _____

Conta Nº _____ Corrente Poupança

Existe incidência de juros moratórios? SIM NÃO

Se existe INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS, informe:

Valor dos juros moratórios: R\$ _____

Percentual de juros aplicado: Poupança 0,5% 1% SELIC Não se aplica

Existe incidência de juros compensatórios (remuneratórios)? SIM NÃO

Se existe INCIDÊNCIA DE JUROS COMPENSATÓRIOS (REMUNERATÓRIOS), informe:

Valor dos juros compensatórios (remuneratórios): R\$ _____

Percentual de juros aplicado: 0,5% 1% Não se aplica

Os juros moratórios incidem sobre os juros compensatórios (remuneratórios)? SIM NÃO

Valor das despesas antecipadas/custas/multa: R\$ _____

Há tributação de imposto de renda sobre o crédito? SIM NÃO

Havendo TRIBUTAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE O CRÉDITO, informe:

Forma de Tributação: RRA Tabela progressiva Alíquota fixa

Em se tratando de RRA, informe:

Valor das deduções da base de cálculo (parcelas não tributáveis): R\$ _____

Período a que se referem esses rendimentos: data inicial: ____/____/____ data final: ____/____/____

Número de parcelas do 13º salário, se houver: _____

Número de meses (NM) a que se referem os rendimentos: _____

Número de meses (NM) corresponde à quantidade de meses no período acima somada à quantidade de número de parcelas do 13º salário, se houver.

5. MONTANTE GLOBAL

5.1. VALOR BRUTO DEVIDO AO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL: R\$ _____

Corresponde ao valor bruto informado acima equivalente ao somatório de: valor principal corrigido, valor dos juros moratórios, valor dos juros compensatórios (remuneratórios), e valor das despesas antecipadas/custas/multa, se houver)

5.2. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO BENEFICIÁRIO PRINCIPAL, SE HOUVER: R\$ _____

VALOR REQUISITADO (= soma de 5.1+5.2): R\$ _____

(Assinatura do(a) Gerente de Secretaria)

(Assinatura do(a) Juiz(iza) da Execução)